



AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP  
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS  
CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS

Reunião para esclarecimentos sobre os prazos do processo de acreditação	<b>Data:</b>	19/04/2023
	<b>Horário:</b>	14h30 às 15h54
Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas – CPT/SBQ/ANP	<b>Local:</b>	Videoconferência
<b>PARTICIPANTES</b>		
<b>Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas – CPT/SBQ/ANP</b> Cristiane Brito Costa Ednéia Caliman Jacqueline Cristine Tolentino Temistocles Valéria Ferreira da Silva <b>Coordenação de Regulação da Qualidade de Produtos</b> Celma da Silva Anastacio Rocco <b>Cgcre – Dicla/Inmetro</b> Luciana dos Santos Almeida Telma S. Rover		
<b>MEMÓRIA</b>		
<b>I. Abertura</b>		
1. A reunião foi iniciada pela Jacqueline que deu início às apresentações. Posteriormente, foi informado que o CPT está conduzindo o processo de credenciamento de empresas de inspeção que é regido pela Resolução ANP nº 859 de 2021 e que envolve, em certa medida, o Inmetro e, por essa razão, foi solicitada a reunião com o Inmetro.		
<b>II. Explicação do processo de credenciamento</b>		
2. Jacqueline fez uma breve apresentação para contextualizar as participantes do Inmetro sobre o tema, esclarecendo que: <ul style="list-style-type: none"><li>a. as empresas de inspeção da qualidade são responsáveis pela internalização do produto no que concerne à qualidade desse, como: coleta e análise físico-químicas das amostras e emissão dos certificados de qualidade;</li><li>b. os artigos 10 e 25 tratam da participação do Inmetro no processo de credenciamento, ressaltando os prazos que as empresas têm para apresentação do protocolo (03/07/2023) e do CRL (03/01/2025);</li><li>c. se tem 29 processos de credenciamento e desses, 28 ainda estão em andamento;</li><li>d. a preocupação da ANP é que as empresas não consigam atender, principalmente, o primeiro prazo;</li><li>e. apenas 5 laboratórios têm acreditação junto ao Inmetro para os ensaios e produtos afetos ao credenciamento;</li></ul>		



AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP  
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS  
CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS

- f. devido à preocupação com o atendimento ao prazo (03/07/2023), a ANP elaborou uma pesquisa junto aos laboratórios para que pudesse ter uma visão geral da situação;
  - g. a pesquisa, até o momento da reunião, mostrava que, praticamente, todos os laboratórios entrariam o pedido de acreditação ao mesmo tempo, o que gerou preocupação quanto à possibilidade do Inmetro em avaliar toda a documentação a tempo.
- 3. Por fim, a Jacqueline apontou as dúvidas da ANP:
  - a. Quanto à emissão do protocolo de solicitação da acreditação:
    - i. o nome correto é protocolo de solicitação?
    - ii. o Inmetro faz uma avaliação prévia da documentação protocolada pelos laboratórios?
    - iii. há uma estimativa de prazo para essa avaliação? Principalmente, considerando que haverá uma grande quantidade de pedidos próximos uns aos outros;
  - b. Quanto ao processo da acreditação:
    - i. há uma estimativa de prazo para a finalização do processo de acreditação? Ela consegue se manter com a quantidade de solicitações que serão feitas (29)?
- 4. Telma respondeu que não há um protocolo e, sim, um formulário de aceite da solicitação que é emitido para todos que solicitam a acreditação e que tenha a análise da completeza apontando que a documentação está completa. Telma esclareceu que não há um prazo definido para essa etapa, pois depende da documentação enviada pelo laboratório.
- 5. Telma informou que há uma primeira análise da documentação e, caso falte alguma documentação, é solicitado o seu envio ao laboratório que tem sete dias para apresentá-la; posteriormente, é feita uma segunda análise da documentação e, se ainda estiver faltando alguma documentação, o processo é encerrado e o laboratório terá que entrar com um novo processo; o laboratório, que estiver com a documentação completa, terá o aceite da solicitação.
- 6. Quanto ao prazo do processo da acreditação, Telma informou que é de até 12 meses após o aceite da documentação, dependendo da conformidade da documentação enviada com os requisitos da acreditação.
- 7. Telma questionou se os 29 laboratórios informados são todos da ANP ou se são laboratórios do Brasil, empresas privadas que podem vir a ser empresas de inspeção desde que atenda aos requisitos da Resolução ANP nº859.



AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP  
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS  
CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS

8. Jacqueline esclareceu que a ANP tem apenas um laboratório, o CPT, que já possui acreditação e não atua como empresa de inspeção. Ainda, esclareceu que os 29 laboratórios são empresas privadas e, na sua maioria, estão localizados em região portuária e que, hoje, já prestam esse serviço de certificação do produto.
9. Jacqueline explicou que a ANP optou por começar a solicitar a acreditação desses laboratórios junto ao Inmetro e por fazer o credenciamento por filial para que se pudesse ter uma maior garantia da qualidade dos serviços prestados por essas empresas, bem como uma homogeneidade na execução dos ensaios.
10. Quanto à pesquisa, a Jacqueline informou que ela foi restrita aos laboratórios que já solicitaram o credenciamento junto à ANP.
11. Telma questionou se quando a empresa solicita o credenciamento, ela já deve estar acreditada. Jacqueline respondeu que não e explicou que, após a publicação da Resolução, ela tem um prazo para entrar em vigor e que a maioria dos laboratórios solicitou o credenciamento no limiar desse prazo e que, com isso, e com a capacidade da ANP em fazer as vistorias, o credenciamento e o prazo da acreditação acabaram se unindo.
12. Telma falou que havia entendido que a acreditação era um pré-requisito para o credenciamento. Jacqueline esclareceu que será após o prazo estipulado no artigo 25 da Resolução que é de 03/01/2025.
13. Ednéia esclareceu que, quando a regra foi criada, a intenção era de que esses laboratórios fossem acreditados, mas que, devido ao conhecimento da Agência a respeito, se fosse feita essa exigência de imediato, não haveria nenhum laboratório que conseguisse atuar como empresa de inspeção, causando um problema regulatório.
14. Ednéia explicou que, como alternativa, foi colocado que eles precisam ser acreditados, mas que seria concedido um prazo para que eles buscassem a acreditação junto ao Inmetro e que, nesse tempo, a ANP faria as visitas individualmente em cada laboratório, uma vez que, no geral, são grupos de laboratório espalhados pelo país.
15. Telma perguntou se há empresa de inspeção e se essa empresa precisa se utilizar de um laboratório acreditado que realize os ensaios, que seria uma segunda figura. Ednéia esclareceu que o laboratório é da empresa e que esse é um requisito da resolução.
16. Telma, então, perguntou que se tiver um laboratório que realize todos os ensaios, ele pode solicitar o credenciamento como empresa de inspeção. Ednéia respondeu que sim.
17. Jacqueline explicou o motivo de se chamar empresa de inspeção e não laboratório, informando que essas empresas fazem outros serviços, além da execução dos ensaios, como marcação de produtos, adição de corante no óleo diesel e no etanol e que são serviços não relacionados ao laboratório.
18. Telma questionou se as outras atividades desenvolvidas pelas empresas de inspeção não são objetos da acreditação, mas do processo de credenciamento da ANP. Jacqueline



AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP  
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS  
CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS

- confirmou que as demais atividades são afetadas apenas ao processo de credenciamento junto à ANP.
19. Ednéia perguntou se os 12 meses de prazo são para marcar a vistoria realizada pelo Inmetro. Telma informou que não, que os 12 meses são para a finalização do processo de acreditação, mas que o prazo começa a contar apenas após o aceite da documentação.
  20. Celma questionou se a empresa entrasse hoje, 19/04/2023, com a solicitação de acreditação, ela conseguiria obter o aceite até o prazo de 03/07/2023. Telma respondeu que sim, que, normalmente, a análise da completeza da documentação não passa de um mês e ressaltou que o laboratório terá sete dias para completar a documentação e que, se ele não atender, o processo é encerrado.
  21. Cristiane falou que ficou claro.
  22. Ednéia perguntou qual o prazo médio entre o laboratório solicitar a acreditação e o Inmetro conseguir fazer a avaliação prévia da documentação. Telma informou que o Inmetro não tem isso bem claro, mas que, geralmente, não passa de 30 dias para uma primeira análise.
  23. Celma ponderou que, considerando o que foi exposto, o prazo de 2025 não está ruim, mas que o prazo de julho de 2023 está apertado.
  24. Telma colocou que tudo depende do atual atendimento dos laboratórios para implantar a 17025, ressaltado que talvez o prazo de julho não possa ser cumprido.
  25. Cristiane pontuou que, mesmo considerando que todos os laboratórios estejam bem frente ao atendimento à 17025, o prazo de julho está apertado devido ao número de solicitações que o Inmetro deverá ter de analisar.
  26. Jacqueline questionou se o Inmetro conseguiria atender a esse prazo médio de um mês para a primeira análise da documentação se todos os 29 laboratórios solicitarem a acreditação ao mesmo tempo. Telma informou que, hoje, há 11 pessoas que realizam a análise de completeza e que, apesar de eles não terem a quantidade mensal de solicitação, a equipe consegue atender esse prazo para as solicitações que são feitas.
  27. Jacqueline perguntou se o Inmetro conseguiria manter o prazo de 12 meses entre o aceite da documentação e a emissão do CRL, considerando o número de avaliações e, consequentemente, de avaliadores que serão necessários para atender aos 29 pedidos. Telma respondeu que, devido a especificidade dos ensaios, a equipe de avaliadores é reduzida e, portanto, seria muito difícil conseguir fazer todas as avaliações ao mesmo tempo e que as estas deverão ser escalonadas.
  28. Luciana complementou, em relação à análise da completeza, que o aceite é muito mais influenciado pelo quanto o laboratório já atende aos requisitos da acreditação pela 17025. E que esse atendimento se aplica à acreditação em si.
  29. Luciana também comentou que para o asfalto a equipe de avaliadores é reduzida.



**AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS**  
**CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS**

30. Telma perguntou se os ensaios são aqueles que constam na resolução. Celma respondeu que, nesse momento, sim, são apenas os ensaios que constam no Anexo I da resolução.
31. Telma perguntou se, quanto aos ensaios de asfalto, os laboratórios já fazem todos os ensaios e se, mesmo não fazendo todos os ensaios, eles já poderiam ser credenciados como empresa de inspeção. Celma respondeu que os laboratórios não fazem todos os ensaios de asfalto e que, para esse produto, os laboratórios podem ser credenciados mesmo sem fazer todos os ensaios.
32. Telma pontuou que nos processos, em geral, em que os regulamentadores definem programas de credenciamento, o andamento do processo depende muito de como o regulamentador consegue convencer as partes interessadas a seguirem a resolução. E que, quando envolve a acreditação, e o Inmetro é acionado, os prazos internos não são alterados para seguir a regulamentação e, consequentemente, se corre o risco de o prazo não ser atendido.
33. Jacqueline esclareceu que a intenção da ANP não é de forma alguma modificar os prazos do Inmetro, mas entender quais são os prazos e os processos do Inmetro para verificar se os prazos colocados pela Agência são compatíveis com os que o Inmetro trabalha.
34. Ednéia ratificou que a intenção da Agência é verificar se o prazo que nós estipulamos é factível, por isso que queríamos entender essa dinâmica de trabalho do Inmetro e que a ANP já tem trabalhado no sentido de auxiliar tanto a própria Agência quanto ao Inmetro, pois, nas vistorias realizadas pela ANP, já são sinalizados os pontos que precisam ser melhorados.
35. Celma perguntou se existe um reconhecimento formal de uma acreditação que a empresa teria fora do Brasil. Telma esclareceu que essa é uma decisão do órgão regulamentador; que a Cgcre sendo o organismo de acreditação reconhecido legalmente no país, ela tem acordos internacionais que reconhecem o processo de acreditação, mas o aceite do produto analisado no exterior é o regulamentador que pode dar. Telma ainda explicou que a acreditação é o reconhecimento da competência técnica para realizar um determinado serviço.
36. Jacqueline perguntou se ainda havia dúvidas ou comentários a serem feitos. As participantes disseram que não.

**III. Encerramento**

37. Jacqueline pontuou que a reunião foi muito esclarecedora e agradeceu a Luciana e a Telma pela participação e disponibilização do tempo em auxiliar os trabalhos da Agência.
38. Ednéia também agradeceu e ratificou que foi muito esclarecedor.

**Ata elaborada por:** Jacqueline Cristine Tolentino Temistocles